

**Reunião ordinária pública****Ata n.º 12/2018****Data: 2018-06-11****Início: 14.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho****Termo: 18.15 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Francisco Lopes Madureira Salgueiro
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

O Sr. Vereador José Manuel Mendes Delgado justificou a falta à reunião por motivos profissionais e solicitou a sua substituição, ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, tendo sido substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista apresentada pelo Partido Social Democrata, Francisco Lopes Madureira Salgueiro, devidamente convocado para o efeito.

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:**BALANCETE****PROPOSTAS:****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:****N.º 01 – ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO ESTATUTO BIOMECÂNICO E FITOSSANITÁRIO DE 58 OLAIAS NA RUA DOS ARCOS (24/PPRC/PR/2018)****N.º 02 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE MAIO DE 2018 E DE VIATURA LIGEIRA NO MÊS DE MARÇO DE 2018 (27/PGEN/PR/2018 - 15/DIVER/PR/2013)****N.º 03 – ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS**



P.
[Signature]

MUNICIPAIS NOMEADO POR DELIBERAÇÃO DE 19 DE JANEIRO DE 2015
(26/PPRC/PR/2018)-----

N.º 04 –PROTOCOLO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DO DISPOSITIVO ESPECIAL DE COMBATE A INCÊNDIOS RURAIS (25/PPRC/PR/2018)-----

N.º 05 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SEMANA ACADÉMICA 2018
(2647/ENTE/DAJA/2018)-----

N.º 06 – PROTOCOLO COM A FUNDAÇÃO AEP (5117/ENTE/DAJA/2017) -----
PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 07 –PROTOCOLO COM A EMPRESA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL TALENTODISSEIA (28/PGEN/PR/2018)-----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE: -----

N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (23/PPRC/PR/2018)-----

GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----

N.º 09 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – maio de 2018 (24/PGEN/GC/2018) -----

GABINETE DA ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----

N.º 10 – DESLOCALIZAÇÃO DA FEIRA GROSSISTA DE TOMAR (34/PGEN/GELS/2018 - 1/DIVER/GELS/2018)-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 11 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA AVENIDA DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA (25/CPUB/DF/2018 - 269/CONPUB/DOM/2018)-----

N.º 12 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA NA RUA CORREDOURA DO MESTRE (3591/ENTE/DAJA/2018 - 241/CONPUB/DOM/2017) -----

N.º 13 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR (3060/ENTE/DAJA/2018 - 1/CEDESP/UDJ/2014) -----

N.º 14 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA (158/PGEN/DOM/2018 - 3/PQEST/DOM/2013) -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 15 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA ANTÓNIO DA FONSECA SIMÕES NÚMEROS DOIS A SEIS– José Manuel Godinho dos Santos (1/VIST/DGT/2018 - 90/DIVER/DGT/2018)-----



- N.º 16 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Fernando Jorge Garrucho de Almeida** (132/ECER/DGT/2018 - 112/EDIF/DGT/2018) -----
- N.º 17 – COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA REGULARIZAÇÃO DE OBRAS DE UM ARMAZÉM DE ATIVIDADE INDUSTRIAL SITO NO LOTE 6 A DA ZONA INDUSTRIAL – Banco Comercial Português, SA** (4/CPRV/DGT/2018 - 101/EDIF/DGT/2018) -----
- N.º 18 –REGULARIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EXPLORAÇÃO BOVINA SITAS EM JUNCAIS DE BAIXO, EM NOME DE CARLOS DE JESUS RODRIGUES POUSEIRO -** representação na Conferência Decisória (3329/ENTE/DAJA/2018 - 389/DIVER/DGT/2017)
- N.º 19 –REGULARIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EXPLORAÇÃO BOVINA SITAS EM CERRADO GRANDE, PAIALVO, EM NOME DE JOSÉ MARIA SILVA RODRIGUES -** representação na Conferência Decisória (3255/ENTE/DAJA/2018 - 371/EDIF/DGT/2015) --
- DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----**
- N.º 20 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DE FRAÇÃO DO PRIMEIRO ANDAR DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA CÂNDIDO MADUREIRA, NÚMEROS 108 E 110** (3431/ENTE/DAJA/2018)-----
- N.º 21 – CIRCO VITOR HUGO CARDINALI – isenção de taxas** (172/AGEN/DAJA/2018 - 1/AUTLIC/DAJA/2018)-----
- N.º 22 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL A ESPETÁCULO DE CIRCO -** Circo Vitor Hugo Cardinali, limitada (23/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018) -----
- N.º 23 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO XXXIII FESTIVAL DE FOLCLORE DO RANCHO FOLCLÓRICO OS CANTEIROS DA PEDREIRA** (24/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018) -----
- N.º 24 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO BAILE DE FINALISTAS DA ESCOLA JÁCOME RATTON** (22/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018) -----
- N.º 25 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA ANUAL DOS BRAZÕES** (18/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018) -----
- DIVISÃO FINANCEIRA:-----**
- N.º 26 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA ASSEGURAR COMPROMISSOS DOS SMAS** (320/PGEN/DF/2018) -----
- DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**
- N.º 27 – FESTA TEMPLÁRIA 2018 - PREÇOS** (2/EVAT/DTC/2018 - 2/ATIVEV/DTC/2018) ---
- UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----**



N.º 28 - UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR - Sociedade Filarmónica Gualdim Pais (3227/ENTE/DAJA/2018 - 6/CEDESP/UDJ/2014) -----

N.º 29 - UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR - Associação de Patinagem do Ribatejo (3302/ENTE/DAJA/2018 - 2/CEDESP/UDJ/2014) ----

EXPEDIENTE:-----

N.º 30 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Agrupamento 837 (Cem Soldos) do Corpo Nacional Escutas (2506/ENTE/DAJA/2018 - 15/DIVER/PR/2013) -----

N.º 31 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Junta de Freguesia de Casais e Alviobeira (2961/ENTE/DAJA/2018 - 15/DIVER/PR/2013)-----

Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de atendimento do público. -----

Esteve presente o Sr. Manuel Mendes Parreira, residente na Estrada Nova das Atalaias, número vinte, numa moradia que construiu de raiz, depois de cumpridos todos os procedimentos legais e regulamentares aplicáveis; à data da construção a estrada era de terra, mas veio posteriormente a ser melhorada e recebeu a designação que tem atualmente com início no interior do Casal das Atalaias, em frente ao número dezasseis de polícia; o referido casal tem ainda os números dezoito, vinte, vinte e dois, vinte e quatro, vinte seis e vinte seis B; a Câmara atribuiu à casa do Dr. José Cristóvão o número dezoito e à sua casa o número vinte; quando há necessidade de ligar para o cento e doze, quando se coloca a sua morada no GPS, quando se recebe uma compra efetuada pela internet ou quando muda o carteiro, vai tudo para o número vinte do Casal das Atalaias; face aos inconvenientes que a situação lhe acarreta sugeriu que pudesse ser considerada a possibilidade de a Estrada Nova das Atalaias começar à saída do casal das Atalaias, junto ao número vinte seis B, onde há uma boca de incêndio, e ser ali colocada placa de identificação do início do arruamento; o seu correio anda perdido e não sabe se lhe chega todo a casa e, sobretudo, preocupa-o se precisar outra vez de chamar o INEM e a viatura andar por ali às voltas, como aconteceu quando, durante a noite, foi vítima de um ataque cardíaco. -----

A Sra. Presidente referiu que, infelizmente, esta situação não é caso único no concelho. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que as questões da toponímia lhes têm dado muito trabalho; desde o início deste mandato, colocaram três técnicos quase a tempo inteiro a fazer o levantamento destas questões porque há imensas situações em todo o concelho que não estão regulares; noutros tempos, os carteiros e outras entidades acabavam por, informalmente, ir resolvendo as situações, mas não estão legais; no concelho de Tomar, fora



da cidade está praticamente tudo ilegal em matéria de atribuição de nome às ruas existentes, na medida em que nunca houve uma decisão formal de atribuir este ou aquele nome de rua; iam sendo dados informalmente, umas vezes pelos próprios presidentes da Junta, outras vezes pelos moradores; os topónimos eram assumidos sem nunca ter havido uma deliberação do órgão competente para o efeito; entretanto, há regras mais apertadas a nível nacional, relacionadas com a atribuição do código postal e com a emissão dos cartões de cidadão e estão a tentar proceder ao levantamento das situações existentes, para darem início à sua regularização. Referiu que, em matéria de números de polícia, as coisas ainda se complicam mais porque, ao longo dos anos, houve quem fizesse o que é correto e desse números pares a um lado e ímpares a outro, quem tivesse previsto os números de polícia a atribuir quando fossem ocupados determinados lotes existentes sem construção, mas também houve quem deixasse os moradores escolher o seu número ou quem atribuísse números sequenciais sem prever o(s) espaço(s) existente(s) entre os números atribuídos; têm que proceder ao levantamento global da situação e tentar resolver o que for possível, sabendo de antemão que não é conveniente fazer muitas alterações porque as mudanças de topónimo ou de numeração policial trazem acréscimo de burocracia para o cidadão, que vai ter que mudar toda a sua documentação. Referiu que esse trabalho está a ser feito em estreita colaboração com os Presidentes de Junta, numa tentativa de resolver sem complicar demasiado a vida às pessoas; não tem conhecimento deste caso em concreto, mas será um dos muitos, mesmo muitos, casos que estão a tentar resolver, o que vai demorar o seu tempo. -----

O Sr. Manuel Parreira deu o exemplo de uma casa construída muito tempo depois da sua que, pela lógica, teria o número vinte e dois de polícia, mas foi-lhe atribuído o número seiscentos e catorze. Agradeceu tudo quanto possa ser feito para resolver o problema; compreende a situação das pessoas que habitam há tantos anos no Casal das Atalaias pelo que, em sua opinião, a solução será retirar o início da Estrada Nova das Atalaias de dentro do lugar e proceder à colocação da sinalização adequada. -----

Esteve presente o Sr. José António Alves Amendoeira Peixoto para abordar três assuntos que considera de interesse para o concelho. Referiu-se a um artigo muito interessante, escrito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Serra e Junceira, publicado na edição de um de junho do semanário Cidade de Tomar, sobre a existência de uma oliveira milenar plantada em terreno privado, em Vila Nova, considerada um ícone local e regional, que tem sido alvo de várias barbaridades ao longo do tempo; refere o Sr. Presidente da Junta que é importante que a árvore se mantenha saudável e que já solicitou à Câmara Municipal de



Tomar que sejam desenvolvidos os mecanismos legais para, com urgência, esta oliveira ser incorporada na lista de arvoredos de interesse público do ICNF e considerada de interesse público municipal; considerou este artigo notável, pela visão e consciência do seu autor face a uma árvore que, pela informação que recolheu entretanto, será realmente milenar. Adiantou que existe uma árvore no concelho de Abrantes reconhecida pela Universidade de Trás-os-Montes como a mais antiga de Portugal (cerca de três mil e trezentos anos) e que, caso seja objeto de investigação, esta nossa árvore poderá ser também considerada milenar. Perguntou se o município já encetou algum tipo de contato no sentido de proteger esta oliveira. -----

A Sra. Presidente disse que já foi contactado o ICNF e que se aguarda a visita de técnicos ao local para proceder à respetiva avaliação sendo certo que, se se verificarem esses pressupostos, o Município procederá à classificação da oliveira como de interesse municipal, conforme teve oportunidade de transmitir ao Sr. Presidente da Junta.-----

O Sr. João Peixoto mostrou satisfação por saber que o município está atento a estes pequenos pormenores que, em sua opinião, são muito importantes, assim como, nos últimos tempos, tem demonstrado estar atento aos produtos da terra e tem publicitado os seus produtores fora do concelho. Sugeriu que, caso se venha a considerar que esta árvore poderá ser tão ou mais antiga que a fundação de Tomar, a mesma seja associada ao azeite de Tomar, um dos maiores produtos da nossa terra, há centenas de anos, e se crie em torno dela uma rota do azeite, potenciando as empresas e lagares de azeite que existem no concelho e, eventualmente, também a nossa história, nomeadamente os Lagares D'El Rei, a Mata dos Sete Montes e o Convento de Cristo; o azeite de Tomar ainda é um dos melhores de Portugal, e até do mundo, e não podem perder de vista que, durante muitos anos, as ordens religiosas vinham abastecer-se de azeite ao Convento de Cristo; é um produto que tem que ser potencializado e pode acontecer que uma rota do azeite em torno desta árvore milenar se torne uma referência para o nosso concelho (é possível potencializar coisas simples e obter coisas grandes). -----

A Sra. Presidente agradeceu a sugestão, que está em sintonia com o trabalho que estão a desenvolver. Referiu que o trabalho relacionado com o produto vinho e os produtores do concelho está numa fase de maturidade que permite já avançar para a criação de uma rota; estão a trabalhar em conjunto com a Turismo do Centro e com a Comissão Vitivinícola Regional do Tejo no sentido de haver no distrito de Santarém uma Rota dos Vinhos do Tejo, associada ao enoturismo; os restaurantes do concelho já incluíram os vinhos de Tomar nas suas cartas de vinho. Referiu que já existe trabalho relacionado com o produto azeite, mas



está um pouco mais atrasado; não faz sentido ter tantos produtores e tão bons produtos e a maioria dos restaurantes continuar a ter entradas centradas na manteiga e nas azeitonas; a restauração local está a ser sensibilizada para ter uma prova de azeite como entrada e, em colaboração com os produtores e com os restaurantes aderentes, está a ser produzido para o efeito um galheteiro com uma imagem de Tomar, cuja apresentação está prevista para setembro ou outubro. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes informou que foi estabelecida uma parceria com o Instituto Politécnico de Tomar, promovendo o envolvimento dos seus estudantes neste projeto do galheteiro para promoção dos quatro produtores de azeite; logo que sejam apresentados os projetos finais, será solicitado ao Executivo que ajude a escolher o galheteiro que estará nas mesas dos restaurantes aderentes com o objetivo de promover os nossos produtores e potenciar uma entrada/prova de azeite, em substituição da manteiga, criando também hábitos alimentares saudáveis. -----

A Sra. Presidente referiu que já está também a ser trabalhado com os produtores locais de azeite a possibilidade de poderem acolher nos seus lagares visitantes e turistas, para que se possa depois pensar na criação da rota do azeite, que será ainda melhor se tiver associada esta oliveira, seja ela milenar ou com interesse para integrar o património classificado. -----

O Sr. João Peixoto pediu para não se esquecer de envolver a tudo isto a história de Tomar, o Convento de Cristo e tudo o que lhe está relacionado. De seguida referiu-se à Casa Vieira Guimarães, um outro símbolo de Tomar, pela sua centralidade, pela sua história e pela sua beleza; classificada como de interesse público, terá sido mandada edificar, entre mil novecentos e vinte e mil novecentos e vinte e dois, pelo Dr. José Vieira Guimarães, que a doou à Câmara Municipal de Tomar com o objetivo de o espaço ser utilizado com fins culturais; sendo atualmente um espaço de exposições gerido pela Câmara Municipal, perguntou se existe alguma ideia ou projeto para dinamizar ainda mais este espaço municipal. -----

A Sra. Presidente referiu que pretendem que seja um centro de interpretação da Festa dos Tabuleiros; existe um projeto que, em dois mil e catorze, foi candidatado a uma linha de financiamento da Fundação EDP, mas não obteve financiamento; há a intenção de submeter essa intervenção a uma reprogramação do Portugal dois mil e vinte; entendem que a Festa não pode viver apenas de quatro em quatro anos e querem dar-lhe relevo, com utilização das novas tecnologias. -----

O Sr. João Peixoto disse que a visão de ligar a Festa dos Tabuleiros à Casa Vieira Guimarães é correta e é uma mais valia para Tomar; a utilização para exposições não é, em sua opinião,



das mais corretas dado que quando o Dr. José Vieira Guimarães, médico de profissão e um grande investigador, doou o seu edifício a sua visão era ligeiramente diferente daquela que têm em perspetiva; o Dr. Vieira Guimarães tem uma obra literária enorme e, do seu ponto de vista, como tomarense, como nabantino que gosta da história da cidade e que acha que essa história é a base para o nosso turismo e para a nossa economia, esse património que ele deixou a Tomar está muito mal guardado; não existe qualquer fac-simile das suas obras, que resultam de horas de investigação e de estudo (por exemplo, "Tomar, Santa Iria" (mil novecentos e vinte oito) e "Ordem de Cristo") e qualquer aluno universitário, qualquer investigador, cientista ou especialista as procura; além de englobar o nosso património, a nossa Festa dos Tabuleiros e as exposições que acontecem, a Casa Vieira Guimarães tem que ser ainda mais potencializada, através do trabalho escrito e da informação que este autor lhes deixou e que tem que ser recuperada (com mais cinquenta anos em cima, estes livros vão-se perder e com eles esta informação da história de Tomar, que é a base de muita investigação). Sugeri que seja preservado este material histórico, este grande tesouro que Tomar tem, através da criação de um site designado Casa Vieira Guimarães, um site de conhecimento que albergue, de forma digitalizada, as obras do Dr. José Vieira Guimarães, que sirva também para publicitar as exposições que ali têm lugar, a Festa dos Tabuleiros e, eventualmente, algumas entidades ligadas ao turismo que, de certa forma, façam os turistas dormir em Tomar; para si, esta convergência de informação é a real visão do Dr. Vieira Guimarães quando doou o edifício à Câmara, permitir que o seu espólio, a sua investigação de muitas horas e o dispêndio de dinheiro para publicação em livros (centenas estão em bibliotecas particulares e não existe nenhum fac-simile, que é outra forma de preservar os livros, através da obra digital, que é mais económica e de maior acesso); ao mesmo tempo, estarão também a transmitir aos jovens tomarenses uma educação para o património. Por último, perguntou se há algum projeto ou alguma intenção de ampliar a informação no interior da Capela de Santa Iria, um monumento classificado, porque nada existe para além da lenda. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes informou que está em curso um procedimento para aquisição de balcões com imagem alusiva ao município para colocação de informação nas capelas, igrejas e museus que ainda não possuem esse equipamento, como é o caso da Capela de Santa Iria, para depois ficar acessível informação sobre o monumento, em várias línguas. Adiantou que, nas capelas e nos museus, se encontra disponível um QR Code elaborado pelo IPT que permitirá o acesso à história do edifício e do que lá se viveu; não tem ainda a imagem estruturada, mas estão a trabalhar para a tornar mais visível, atrativa, dinâmica e eficaz. -----



O Sr. João Peixoto disse que é bom saber que esse projeto vai acontecer, mas não deixa de sugerir que, no interior da Capela, se alerte para a presença de Domingos Vieira Serrão, um dos pintores da história, autor de diversos trabalhos patentes na Charola do Convento de Cristo, em Madrid e no Museu do Louvre, porque há pessoas que passeiam por cima do seu sepulcro; deve ser lá colocada uma pequena biografia deste grande pintor que nasceu e morreu em Tomar e foi o preferido do rei D. Filipe II de Portugal e III de Espanha. -----

A Sra. Presidente referiu que deve ser tido em consideração o facto de a Capela ser privada e de a Câmara só poder lá fazer o que resultar da negociação com os proprietários, que tem corrido muito bem. -----

O Sr. Vereador Hélder Henriques informou que Tomar esteve representada na Feira Nacional da Agricultura para divulgar os nossos azeites, que são de qualidade; no próximo ano, a feira vai ser dedicada aos vinhos e já foram recebidas orientações para estarem presentes com os produtores locais de vinho. -----

Esteve presente a Sra. Dionísia Bárbara Henriques da Silva reportando que continuam por limpar os terrenos na zona dos Bacos, onde reside; este ano, nem a erva cortaram atrás da barraca onde morou; junto à sua casa está tudo limpo; do lado da estrada, onde deflagrou o incêndio, está tudo na mesma. Referiu que as casas velhas são utilizadas para a gandulagem se esconder e deviam ser derrubadas, para além de que se devia fazer alguma coisa quanto aos resíduos que estão por baixo, pois estiveram ali vários anos sem casas de banho. Reportou que lhe roubaram poupanças que tinha no banco e pediu ajuda para as reaver; é analfabeta e idosa, mas não é maluca, e nunca pensou que determinada pessoa fosse capaz de a enganar.

A Sra. Presidente disse que a Câmara não pode intervir na questão do banco, de natureza privada; quando muito, poderá disponibilizar apoio através do gabinete de apoio ao consumidor, na pessoa do Sr. Virgílio Saraiva. Referiu que todos os proprietários foram notificados para proceder à limpeza dos terrenos sendo certo que a legislação de que tanto se fala, que permite à Câmara entrar em terrenos privados para limpar, só se aplica a espaços florestais, o que não é o caso da zona onde a Sra. mora; a situação é de facto vergonhosa, mas, neste caso, e noutros que, infelizmente existem no concelho, a Câmara terá que tomar posse administrativa do terreno para se poder substituir aos proprietários; a correr bem, um processo desses demora entre cinco a seis meses e, entretanto, o perigo já passou. Defendeu que a lei que agiliza os procedimentos para a Câmara atuar devia aplicar-se a todo o espaço, mas isso não acontece e não se podem sobrepor à lei. Disse que as forças de segurança vão promover um segundo levantamento da situação dos terrenos cujos proprietários foram



notificados a limpar e que, perante o relatório que for apresentado, terão que ver o que vão fazer, sendo certo que o caso apresentado não terá uma solução rápida. -----

A Sra. Dionísia Silva disse que foi enganada no banco de todas as maneiras e feitios e que quer o que é seu, nem que para isso tenha que se vestir com a bandeira portuguesa e ir para o pé de São Bento. -----

A Sra. Presidente sugeriu que fale com um advogado e que peça apoio judiciário. -----

A Sra. Dionísia Silva disse que não tem dinheiro para isso e que o melhor será ir para a televisão, para o Hernâni, que vai tratar disso tudo. -----

Esteve presente a Sra. Luizete Maria Ferreira Lopes para reportar a poluição ambiental causada pela destilaria da Longra, um problema muito grave que se arrasta há vários anos e que tem vindo a piorar. Disse que é inexplicável como é que as pessoas vivem ali e se calam, suportando aquele cheiro nauseabundo que as impede de andar na rua, cuidar do que é seu, fazer uma simples caminhada ou até mesmo, como aconteceu na passada quinta-feira, estar nas suas casas; tem telefonado inúmeras vezes para a GNR – Proteção do Ambiente, que lhe responde que a culpa é de quem passou a licença. Referiu que, segundo julga saber, houve uma licença para queimar passas e bagulhos do vinho, mas vêm de Espanha, camiões e camiões, de noite, para descarregar os resíduos que não deixam queimar naquele país; os lugares de Longra, Vale do Calvo, Assamassa, Porto Mendo e a escola estão num perigo tremendo; cada vez fazem mais obras na fábrica e constroem mais depósitos; têm um esgoto pela Longra abaixo, tanques a céu aberto e três chaminés, uma das quais com filtros, que raramente trabalha; o cheiro é insuportável e sufocante, requeima a garganta e o estômago, e ninguém consegue viver assim. Perguntou se há ordem para haver ali uma fábrica com aquelas dimensões, sem as devidas precauções; para onde é que terão que ir viver. -----

A Sra. Presidente referiu que as fábricas têm que estar nas zonas industriais; existe um Plano Diretor Municipal e cada vez mais querem o ordenamento do território do concelho, que estejam definidos os locais para as casas e os locais para as fábricas; aquela fábrica existe há muitos anos e tem uma licença emitida pela Câmara Municipal. Informou que, na semana anterior, foi, mais uma vez, notificada a Agência Portuguesa do Ambiente para proceder à fiscalização da atividade da fábrica, o que não compete à Câmara, para que não haja quaisquer dúvidas quanto à origem do cheiro e, eventualmente, possa haver fundamento para a Câmara intervir; é um assunto recorrente ao longo de vários anos e foi solicitada à entidade competente que se desloque ao local para, de uma vez por todas, se tratar do que tem que ser



tratado, sendo certo que a fábrica está instalada há mais de vinte anos no local onde se encontra, onde sempre houve casas, com licença da Câmara Municipal.-----

A Sra. Luizete Lopes referiu que, no local, há casas com mais de noventa anos e não devia ser dada autorização para a destilaria continuar ali, nos moldes como está agora a laborar, dado o perigo que representa.-----

A Sra. Presidente disse que estão em cima do assunto e a fazer tudo o que é possível. Reafirmou que há lugares para casas e lugares para fábricas e que cada uma deve estar no local adequado; a situação foi colocada à Agência Portuguesa do Ambiente, para saber se a fábrica está a fazer aquilo para que está licenciada ou não, e a Câmara só atuará depois de conhecer o relatório dessa fiscalização.-----

A Sra. Luizete Lopes referiu que, na última vez que ligou para a Proteção do Ambiente, lhe foi dito que estava tudo em ordem para laborar e que o problema tinha que ser resolvido por quem autorizou e licenciou; quando perguntou porque é que não usavam os filtros que tinham feito, como existia em Marianaia, o seu interlocutor disse que tinha que ir ver porque desconhecia que havia filtros.-----

A Sra. Presidente reiterou que a licença foi emitida pela Câmara há vinte e muitos anos e que agora têm o menino nos braços para resolver; quem deu essa resposta nem sequer foi uma das entidades que é chamada a intervir; estão a trabalhar com as entidades certas e esperam que a resolução seja rápida, porque é um assunto que se arrasta há anos, sempre com um nível grande de cheiros e, se calhar, de outro tipo de poluição; compete à APA analisar e aguardam o seu relatório para saber onde têm que atuar e como.-----

A Sra. Luizete Lopes agradeceu tudo quanto possa ser feito para resolver o problema com brevidade, a bem da saúde de todos e do ambiente; só quem tem vidros duplos pode suportar estar em casa.-----

Esteve presente o Sr. Américo Costa, dos AQUA Tomar, que começou por mostrar contentamento por ver que o povo aqui veio hoje em força e que já não é o único a vir às reuniões públicas colocar questões. Disse que foi o Sr. Vice-Presidente quem o inspirou a vir aqui hoje, porque, há dias, declarou (e muito bem) que os poluidores andam a gozar com os tomarenses; realmente andam e a ideia que lhe dá é que anda tudo atrapalhado, que não sabem de onde vem e como vem a poluição; daí que pretenda explicar como acontece, sendo certo que tem denunciado tudo na GNR; sendo uma obra pública de Ourém feita no concelho de Tomar, a Câmara de Tomar é responsável por ter deixado fazer ali aquela obra; aquela famosa espuma aparece em Tomar porque, há vinte anos, foi metida uma conduta de



efluentes domésticos paralela à ribeira de Seiça, quando devia estar a cinquenta ou cem metros do veio de água; verificou que cerca de trinta a quarenta tampas têm um metro e vinte de altura; nas curvas da ribeira as tampas são rasas e estão a um metro da ribeira; está tudo feito para que, quando há uma enxurrada de águas pluviais, as tampas que estão na curva, que têm a inscrição CMO, levantem e despejem para a ribeira de Seiça, como também acontece no rio Nabão com a ETAR de Formigais; está aí a resposta para a espuma que aparece quando há chuvadas maiores; no seu perfil, estão fotografias satélite com dados de latitude e longitude e podem lá mandar os fiscais, pelo menos para averiguar um ou dois casos que estão relatados, mas deve haver muitos mais. Disse que lhe custa ver a autarquia esbanjar recursos, como no caso do açude do Mouchão; em tempos, aconselhou a Sra. Presidente a desfazer o açude, cuja manutenção foi, antes de mais, ilegal (é um açude sazonal e não está identificado nas cartas), mas a Sra. Presidente foi tentada a poupar dinheiro; o açude devia ter sido desmontado; podiam ter acontecido coisas muito piores do que aquelas que aconteceram; avisou que o açude estava partido, que tinha um rombo muito grande e que estava a direcionar todo o veio principal do rio contra o paredão da roda, e também que a água já estava a passar por baixo desse paredão e a entrar por baixo da roda; devia ter-se destruído o resto do açude para a água fluir normalmente; na margem do lado direito, há um paredão para aguentar um caudal fortíssimo e agora têm ali um dos espaços mais fundos do rio Nabão (quatro ou cinco metros de fundo; há algum tempo atrás, tinha vinte ou trinta centímetros); agora, estão lá a despejar pedra de enrocamento, o que compreende, porque se quer depois encostar a pedra ao paredão, para evitar que, qualquer dia, comece a ceder e tenha que se fazer um novo paredão de suporte à roda. Perguntou se custava muito à Sra. Presidente ter seguido o conselho que lhe deu e ter destruído o açude; não lhe tinha custado nada e agora vai custar-lhe a ele, e a todos, três vezes mais e vai ficar uma grande porcaria; é uma vergonha o que ali está e mais valia tirar o açude e fazer um açude como deve ser no próximo ano. Referiu que se inscreveu para abordar o assunto de três lagoas localizadas na Sabacheira, fora dos limites legais, mas licenciadas (não por muito tempo, porque a denúncia já seguiu diretamente para Lisboa), mas, tendo em conta o pedido de um grupo de cidadãos tomarenses, gostava de o poder substituir pelo assunto que consta na ordem do dia relacionado com as olaias da rua dos Arcos. -----

Obtida essa autorização, **o Sr. Américo Costa** continuou dizendo que consta que vão cortar metade das árvores da rua dos Arcos, mas essa rua só tem sentido com aquelas árvores e apela a que isso não aconteça, a que haja bom senso, discernimento e moderação na



intervenção a realizar faseadamente, durante quatro ou cinco anos; existem lá olaias antiquíssimas e aquelas que pudessem ser salvas podiam ser replantadas na Mata dos Sete Montes, que foi jardim de infância de muitos tomarenses, por exemplo no local onde passou o tornado; concorda que estão lá árvores de grande porte que não têm cabimento naquela rua e que há muito tempo que a rua dos Arcos precisa de uma intervenção, mas sem radicalismos; devagarinho e bem, é o que se pede. -----

A Sra. Presidente disse que, há quase cinco anos, vêm falando na falta de separativos, sendo certo que, em cerca de noventa por cento da área do concelho de Tomar, as condutas de saneamento não têm separativos e estão construídas ao lado de linhas de água, o que favorece acontece o fenómeno que o Sr. Américo referiu, como também já viram acontecer em plena rotunda; para além de que as condutas têm quarenta/cinquenta anos e os materiais se vão degradando; esse problema está identificado e deve ser comum ao concelho de Ourém. Informou que foram identificados um conjunto de possíveis infratores e que estão a decorrer as ações de fiscalização programadas, as quais, para já, não serão divulgadas publicamente. Quanto ao açude, disse que, até agora, todos os anos era construído um açude novo e que a madeira não era aproveitada para mais nada; deixaram de ter as quatro estações do ano e a manutenção do açude permite que a roda do Mouchão funcione durante muito mais tempo; é inegável que não se podia ter previsto a carga de água que caiu há cerca de quinze dias, que inundou grande parte das instalações de algumas entidades; está a ser estudada uma solução, naquele material ou noutra que a Agência Portuguesa do Ambiente autorize, para ter ali um açude permanente, que funcione como o açude que existe ao pé da ponte do Flecheiro. Quanto à rua dos Arcos, sem prejuízo da discussão que terá lugar no período da ordem do dia, informou que o estudo aponta para a intervenção global que deve ser feita, abrangendo ações de poda de redução, de poda de manutenção e de abate, mas ela é para ser feita de forma gradual e com a garantia de que qualquer árvore abatida será substituída por outra da mesma espécie; por outro lado, quando se colocar a questão do abate e da conseqüente retirada das toijas, tendo em conta que as caleiras estão no meio do passeio, terá que ocorrer simultaneamente um arranjo urbanístico na rua dos Arcos; irão começar pela intervenção preventiva e fazer a pouco e pouco, mas têm que ter consciência que, como qualquer ser vivo, as árvores têm um tempo de vida, que pode ser prolongado se houver manutenção regular, o que não aconteceu durante muitos anos; as árvores que não oferecem condições de segurança serão abatidas e substituídas por outras da mesma espécie porque, como todos reconhecem, aquela rua é das mais bonitas da cidade quando as olaias estão em flor. -----



O Sr. Américo Costa disse que os moradores vão acreditar na Sra. Presidente e ter esperança que assim será. Referiu que em relação ao açude nada foi respondido, mas faltou dizer-lhe que teve cem por cento de razão. -----

A Sra. Presidente referiu que isso não é mais do que uma opinião. -----

Esteve presente o Sr. Carlos Manuel Pereira Gomes, residente na rua Pedro Dias, para obter uma explicação para o facto de ter sido tarifada metade da zona de estacionamento na rua dos Arcos reservada a residentes no centro histórico; acha muito bem que as pessoas sejam incentivadas a residir na parte velha da cidade e não compreende a decisão, quando é do conhecimento geral a dificuldade que há em obter estacionamento na cidade, não faltando muito para que todos os lugares disponíveis estejam sujeitos a parquímetros.-----

A Sra. Presidente referiu que, até ao dia um de junho, a rua dos Arcos era toda reservada a residentes no centro histórico, nos termos do regulamento em vigor, aprovado pela Assembleia Municipal; entretanto, alguns comerciantes naquela rua demonstraram o seu descontentamento por ser só para residentes e os serviços analisaram o número de lugares disponíveis naquela rua e o número de dísticos atribuídos a residentes no centro histórico, tendo-se constatado que os lugares disponíveis eram muito superiores às necessidades, considerando ainda uma margem para contemplar a atribuição de novos dísticos; em face disso, foi decidido libertar o número de lugares excedentários para não residentes, garantindo lugar a todos os residentes do centro histórico com dístico atribuído; entretanto, porque só depois de implementadas as coisas é que se vão detetando aquelas que podem ser melhoradas, há outras situações que têm que ser afinadas e o regulamento irá ser sujeito a revisão, tendo até em atenção que vai para obras a Várzea Grande, um local de grande carga de estacionamento, e pretendem que, pelo menos durante as obras, a rua dos Arcos fique sem tarifação (os residentes acabam por utilizar o estacionamento mais à noite). -----

O Sr. Carlos Gomes referiu que não põe em dúvida esta informação e que espera que a situação melhore, sendo certo que, na prática, se verifica que grande parte das viaturas estacionadas na rua dos Arcos não têm o dístico; não é culpa da Câmara e as autoridades estão a tratar do assunto, mas os moradores veem-se impedidos de estacionar as suas viaturas, restando-lhes avisar as pessoas e, quando estas nada fazem, chamar as autoridades, como teve que fazer recentemente, contrariamente aos seus princípios; quando as obras da Várzea Grande se iniciarem, será o caos. -----

Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----



A Sra. Presidente deu conta que, no dia um de junho, teve lugar a primeira reunião do Tribunal Arbitral relativo ao processo movido pela Sociedade de Construções José Coutinho reclamando créditos da empreitada de construção da escola Dom Nuno Álvares Pereira; a arbitragem foi suspensa por trinta dias e decorrem negociações entre as partes; estão em causa quatrocentos e trinta e nove mil euros e o Município apresentou uma contraproposta que parece estar a ter acolhimento; se a resposta que aguardam for afirmativa, será marcada nova reunião e o assunto será rapidamente resolvido. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu conhecimento que, no dia sete de junho, em Albufeira, decorreu o sorteio para a Gala das Sete Maravilhas à Mesa, concurso que vai decorrer na RTP, aos domingos à noite, a partir do dia vinte e dois de julho; Tomar vai receber no dia vinte seis de agosto uma gala da semifinal, onde estarão os seus concorrentes diretos, concretamente Sintra, Sever do Vouga, Silves, Chaves, Arraiolos e São Roque do Pico. A mesa de Tomar a concurso cria um pacote turístico constituído por sete dos nossos produtos locais: Festa Templária (evento), Convento de Cristo (visita), Hotel dos Templários (dormida), vinho da herdade dos Templários, cabrito assado no forno do restaurante A Lúria, azeite dos Sete Montes e pão do forno a lenha (para prevalecer o azeite como entrada). Informou que, no dia dezasseis de junho, pelas vinte e duas horas, o Complexo Cultural da Levada irá abrir portas para fazer a sua primeira festa de verão, onde vão ser premiados os artistas tomarenses PELTZER, que vão lançar o seu álbum de estreia e convidaram os Real Beavers para fazer um concerto acústico e os DJ's Bazaloco e Paulo Mendes.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão informou que a piscina municipal Vasco Jacob abre no dia quinze de junho. Salientou que, apesar do que, muitas vezes, se julga, a área do desporto e juventude tem falta de funcionários; atendendo ao horário alargado da piscina e ao seu funcionamento sete dias por semana, têm-se socorrido muito de pessoas do Centro de Emprego para complementar os recursos humanos disponíveis, sendo certo que, este ano, até ao momento, não têm ninguém colocado para o efeito e só podem contar com os trabalhadores municipais, o que obriga a uma ginástica muito difícil; estão a tentar que nada falhe, mas podem ter que, por razões de segurança, adotar um horário mais restrito. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos procedeu à apresentação de uma proposta sobre o Açude do Mouchão, cuja manutenção, em detrimento da sua desmontagem tradicional e anual, decidida pela atual gestão municipal, não teve os resultados esperados e teve como consequências custos acrescidos devido à rutura do mesmo; importa avaliar as consequências que essa rutura provocou na estrutura em pedra que suporta o eixo da roda do Mouchão, pelo que os



vereadores do PSD propõem que se estude uma solução técnica que compatibilize uma melhor gestão do caudal da água com as características tradicionais do açude do Mouchão, ou seja que se estude a possibilidade de instalação de um açude mecânico junto à roda do Mouchão, em que se mantenha o visual tradicional da estacaria. -----

A Sra. Presidente referiu que, mesmo que o açude tivesse sido desmontado e, como era usual, tivessem procedido à sua montagem para a roda do Muchão estar a funcionar por altura do Congresso da Sopa, ele teria partido com as chuvas que caíram posteriormente. Reafirmou que os técnicos estão a trabalhar para apresentar uma solução que permita obter os esmos resultados sem estar sempre a desmontar e a montar o açude.-----

O Sr. Vereador Luís Ramos disse que não estão a por em causa a decisão que foi tomada, mas sim a contribuir para arranjar soluções. De seguida, procedeu à apresentação de uma proposta para que sejam tidas em consideração as sugestões pertinentes e oportunas apresentadas por um cidadão tomarense portador de doença degenerativa e seja elaborado, com urgência, um levantamento das necessidades de criação de lugares de estacionamento para pessoas com deficiência, condicionadas na sua mobilidade, na zona urbana de Tomar.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu conhecimento que, no seguimento do pedido formulado pelo referido cidadão tomarense, vai ouvir outras pessoas com mobilidade reduzida, para recolha de sugestões.-----

A Sra. Presidente referiu que, de acordo com o regimento, as propostas serão agendadas na próxima reunião, para discussão e votação, sendo certo que já estão a trabalhar nas matérias abordadas. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos apresentou, em nome dos vereadores eleitos pelo PSD, a seguinte RECOMENDAÇÃO: "À semelhança do que aconteceu no ano passado, decorrem no abrigo Gruta do Morgado Superior, União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, durante os meses de junho e julho, trabalhos de arqueologia desenvolvidos por técnicos portugueses e espanhóis. -----

Até ao momento, já foram recolhidos ossos humanos de 234 indivíduos o que torna esta cavidade o segundo local de enterramento pré-histórico em Portugal.-----

A contínua ocupação funerária, que vai desde o final do quarto milénio antes de cristo até aos finais do terceiro milénio, demonstra a importância a nível nacional desta cavidade e torna o concelho de Tomar ainda mais rico do ponto de vista patrimonial. -----



Pelo que sabemos, até agora, apesar de a Câmara se assumir como parceira, não houve qualquer tipo de apoio por parte do Município sobrecarregando o orçamento da Junta de Freguesia de Além da Ribeira e Pedreira. -----

É importante a Câmara valorizar este trabalho arqueológico e reconhecer o valor arqueológico dos achados para a história da região de Tomar. -----

Considerando justo e merecido o apoio do Município ao importante trabalho arqueológico que está a ser executado no abrigo do Morgado Superior, solicita-se que o Município disponibilize a verba acordada à Junta de Freguesia referente às campanhas arqueológicas de 2017 e 2018.”.

A Sra. Presidente esclareceu que foi assumida a parceria com a Junta de Freguesia nesta atividade, mas a mesma ainda não foi formalizada através de protocolo, sem o que não poderá disponibilizada qualquer verba para o efeito; a minuta do protocolo está feita, abrange as campanhas de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, e só ainda não foi submetida a aprovação do Executivo porque aguarda uma alteração orçamental para poder ser emitido o necessário cabimento; logo que estejam reunidas essas condições o assunto será submetido a este órgão, sendo certo que entendem que aqueles achados devem ser valorizados e podem vir a constituir uma outra rota, juntamente com a Anta do Vale da Lage.-

O Sr. Vereador Luís Ramos solicitou que a Sra. Presidente pudesse agilizar o mais rapidamente possível o procedimento porque os trabalhos já vêm do ano anterior e já estão a decorrer os trabalhos da presente campanha. De seguida, apresentou o seguinte

REQUERIMENTO: -----

“Existe um projeto de reconversão da escola básica de Calvinos, sita na União das Freguesias de Casais e Alviobeira, em centro de apoio ao peregrino.-----

Foi aprovado em reunião da Câmara Municipal a 5 de junho de 2017.-----

No orçamento e grandes opções do plano para 2018 está prevista uma verba de 100.000€ destinada à concretização do referido projeto.-----

A localidade de Calvinos integra a rota do Caminho Português de Santiago. -----

São cada vez mais os peregrinos nacionais e estrangeiros que percorrem o Caminho Português de Santiago passando por Tomar, para norte, sendo de toda a pertinência e premência a concretização daquele projeto.-----

Perante estes dados, requeremos a prestação de informação sobre o ponto da situação do projeto de reconversão da escola básica de Calvinos em centro de apoio ao peregrino, nomeadamente quais as razões para que a obra não tenha avançado e para quando está previsto o lançamento do respetivo concurso público.”.-----



Em resposta, a **Sra. Presidente** informou que o preço base da empreitada é de noventa e nove mil euros e que ficou deserto o primeiro procedimento para adjudicação da obra; foi iniciado novo procedimento de concurso público, estando a decorrer a apreciação das propostas recebidas. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos apresentou o seguinte REQUERIMENTO:-----

"Sabemos que houve uma reunião entre a Vereadora Filipa Fernandes e os Presidentes de Junta de Freguesia onde foi referido que a Câmara assumia os custos das túnicas e das capas da Festa Templária e as Juntas de Freguesia o custo dos estandartes. -----

Pretendemos saber o que ficou decidido porque há dúvidas sobre quem vai assumir os custos dos estandartes, se a Câmara ou as Juntas de Freguesia, e também qual é o preço/valor dos mesmos."-----

Em resposta, a **Sra. Vereadora Filipa Fernandes** referiu que, em edições anteriores da Festa Templária, a Câmara suportou um elevado custo com o aluguer e aquisição de vestuário da época; este ano, tendo em conta que é a marca de Tomar, a sua história e que há que pensar mais além, foi decidido realizar um investimento na confeção de fatos, no valor de cerca de quinze mil e oitocentos euros; quando se realizou a reunião referida os orçamentos ainda não eram conhecidos, mas foi proposto aos presidentes das Juntas de Freguesia que adquirissem as respetivas bandeiras com o brasão dos Templários e identificação da freguesia, o que suscitou de imediato alguma revolta entre alguns presidentes de junta da oposição; para não criar mau estar, a Câmara decidiu suportar o investimento na aquisição dos estandartes das freguesias, no valor unitário de trinta euros, os quais ficarão sua propriedade. Adiantou que partilhará mais pormenores do evento no ponto número vinte sete da ordem do dia. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet começou por, mais uma vez, dar os parabéns e agradecer ao jovem João Peixoto pelo contributo que tem dado, com ideias inovadoras (sabem que algumas são arrojadas e difíceis de concretizar; outras são mais simples e mais facilmente podem ser colocadas em prática), o que mostra que muitos dos nossos jovens são pessoas cultas e interessadas que, tal como eles, querem contribuir para um concelho melhor, com mais dinâmica e com mais história. De seguida, informou que, tendo em conta que, na última reunião, os vereadores do PSD propuseram um voto de pesar a um funcionário, quadro superior desta Câmara Municipal e que a Sra. Presidente aceitou efetuar o voto de pesar ao cidadão, mas não ao funcionário, uma vez que nenhum dos restantes funcionários falecidos tinham tido essa homenagem, vão apresentar uma proposta para que, de futuro, a todos os



funcionários da Câmara Municipal de Tomar que venham a falecer, seja feito um voto de pesar na reunião seguinte com envio de condolências à família. -----

Continuando, **a Sra. Vereadora Célia Bonet** passou a referir-se à venda do edifício onde funcionam os SMAS, dando nota que, em reunião informal com todos os vereadores, a Sra. Presidente tinha solicitado o respetivo parecer e informado que iria exercer o direito de preferência na venda do referido imóvel; segundo informações recolhidas, a Sra. Presidente deslocou-se ao local onde se realizaria a escritura de venda, na tentativa de exercer o direito de preferência e impedir a sua celebração, pelo que, para poderem aferir dos acontecimentos no seu todo e das consequências que advêm para o município, os vereadores do PSD pretendem saber qual foi a justificação dada pela senhora notária para não suspender a escritura de venda, se a Sra. Presidente se fez acompanhar de meio de pagamento para exercer o direito de voto e se exerceu esse mesmo direito através da plataforma específica para o efeito e dentro do prazo previsto; pretendem ainda saber quem é que tratou do processo do exercício do direito de preferência, se foram os juristas da Câmara, as advogadas síndicas ou outro advogado ou jurista. Tendo em conta que, depois de abortada a possibilidade de exercer o direito de preferência, a Sra. Presidente informou que pretende proceder à anulação da venda, através da justiça, e muito bem, tendo entregue o processo a uma empresa de advogados de fora de Tomar, perguntou se este processo tem custos adicionais para o município ou se esta prestação de serviços está incluída nos serviços que essa empresa lhes presta, e, ainda, se nenhuma das advogadas síndicas do município tem competência para poder ter sucesso na ação a interpor. -----

A Sra. Presidente perguntou se era um requerimento tendo **a Sra. Vereadora** respondido que só o fará se as questões não puderem ser respondidas agora. -----

Em resposta, **a Sra. Presidente** esclareceu que, depois de reunir com os Srs. Vereadores, a Câmara, no dia três de maio, enviou um ofício a exercer o direito de preferência, para o que foi auxiliada pela advogada que presta apoio aos SMAS; a Câmara exerceu inequivocamente o direito de preferência e aceitou as condições do negócio, concretamente quarenta mil euros no ato do contrato de promessa de compra e venda e quinhentos e dez mil euros no ato da escritura; nesse ofício, é pedida mais informação sobre os ónus que recaem sobre o edifício, nomeadamente o valor da renda dos espaços arrendados e tempo de duração dos contratos, e é feito um alerta para o conjunto de obras que os SMAS têm feito no edifício; compareceu na data, hora e local de realização da escritura, acompanhada do chefe de divisão financeira e da advogada que presta apoio aos SMAS, pese embora tenha estranhado não ter sido, como é



habitual, previamente solicitado um conjunto de documentação instrutória; no ato, foi essencialmente a advogada quem falou, tendo a notária resolvido fazer a escritura; a Câmara já está na posse de cópia da mesma e a empresa adquirente já encetou contato formal a dar conta dos dados para pagamento da renda. Informou que a documentação já foi entregue ao escritório de advogados de Lisboa para instrução da ação em Tribunal e que dessa prestação de serviços não decorre acréscimo de custos para o município. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet insistiu na questão dos factos alegados pela Sra. Notária para dar continuidade à escritura, se é que alegou alguma coisa. -----

A Sra. Presidente referiu que a Sra. Notária disse que tinha condições para fazer a escritura tendo-lhe sido pedido que colocasse na escritura que a Câmara Municipal tinha exercido em tempo o direito de preferência e tinha comparecido no ato. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet apresentou o seguinte Requerimento:-----

“A atribuição de subsídios ao CCD da Câmara Municipal de Tomar por parte do Município é um assunto que já deveria ter sido esclarecido, mas agora não podemos deixar passar mais tempo.-----

A proposta de concessão de um subsídio a esta associação apresentado a esta reunião de Câmara foi votada favoravelmente pelos vereadores do PSD. -----

Entendemos que, na altura, não foi disponibilizada toda a informação relevante para o processo de decisão.-----

Vemo-nos agora confrontados com esta deliberação favorável que efetuámos e que nos pode responsabilizar a todos. -----

A associação tem recebido subsídios frequentemente por parte da Câmara quando, pelo que parece, e é o que gostava de ver esclarecido, já tinham conhecimento que estes montantes estavam a ser utilizados, ou desviados, para outros fins que não aqueles do objeto da própria associação.-----

Assim, a partir desta data, vamos ter que ter uma atitude de precaução em relação às informações que nos são prestadas para, depois, podermos decidir em reunião de Câmara.-----

A partir de agora, só vamos poder votar favoravelmente pedidos de subsídio que venham acompanhados de parecer do chefe de divisão, onde conste inequivocamente que aquela associação ou entidade cumpre todos os requisitos legais, está legalmente constituída, tem as contas aprovadas, tem a situação financeira regular, tem as atas de nomeação dos órgãos sociais em dia, ou seja que está apta a receber apoios municipais de acordo com aquilo que é



estabelecido por lei. Deverá ainda constar que existe cabimento para atribuição do subsídio. O chefe de divisão deverá responsabilizar-se pela informação que nos facultar. -----

Assim, para podermos tomar decisões, requeremos que nos seja facultada fotocópia do pedido efetuado pela Câmara, se é que existe, ao CCD para apresentação dos documentos que são necessários para atribuição do referido subsídio, nomeadamente atas de aprovação das contas pela Direção e pela Assembleia Geral e documentos de não dívida, bem como da resposta que o CCD enviou quando essa documentação lhe foi solicitada. -----

Pretendemos ainda saber qual foi a justificação que a Sra. Presidente encontrou para continuar a atribuir subsídios, se é que, de facto, a associação está irregular, e se a Sra. Presidente sabia, ou não, desta situação ilegal, se é que ela existe, e se nos ocultou esse facto sabendo do que se estava a passar.”. -----

A Sra. Presidente adiantou que há uma grande confusão porque, este mandato, só foi tomada uma deliberação a conceder apoio financeiro ao CCD, constando do respetivo processo a ata da tomada de posse dos novos órgãos sociais e a aprovação das contas; em tempos, a Câmara deixou de pagar ao CCD precisamente porque a associação não apresentou os documentos necessários. Referiu que sabe o que é que corre por aí e que nada melhor do que por tudo preto no branco. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet insistiu que pretendem ter acesso a essa documentação para a poderem analisar. -----

O Sr. Vereador Francisco Madureira referiu que apenas participa nas reuniões pontualmente, em substituição de qualquer um dos vereadores eleitos pelo PSD, mas não deixa de estar atento e de tentar inteirar-se de assuntos que entende poderem ser importantes; na sequência da participação do cidadão João Peixoto na reunião pública de catorze de maio, sobre a necrópole de Santa Maria dos Olivais, tentou perceber melhor o que estava em causa e reputa esta matéria como importante no âmbito da marca templária, podendo representar um complemento ao evento que lhe está associado e ajudar a atrair pessoas para Tomar. De seguida, referiu o Sistema da Indústria Responsável (SIR), republicado em anexo ao Decreto-Lei número setenta e três barra dois mil e quinze, de onze de maio, que veio simplificar a instalação e exploração dos estabelecimentos industriais e reforçar o papel dos municípios, designadamente com a possibilidade de gestão das Zonas Empresariais Responsáveis. Referiu que, neste momento, decorrente de eventual orientação do Ministério da Economia, se assiste à transferência pelo IAPMEI de dossiers e processos de estabelecimentos de tipologia três, pelo que, sendo o investimento tão importante para o



concelho, e a celeridade processual na apreciação dos seus pressupostos tão importante para o tecido económico, importa saber se, com o atual quadro orgânico e mapa de pessoal, os serviços municipais estão devidamente capacitados para esta nova assunção de responsabilidades. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que Tomar foi um dos primeiros municípios do país a aderir ao projeto piloto do Espaço Empresa, tendo, no mandato anterior, inaugurado o espaço que funciona no Balcão Único. Reconheceu que o mesmo não funciona ainda de forma perfeita, quer por parte da Câmara quer por parte dos serviços centrais, mas tem vindo a melhorar, em estreita ligação com o IAPMEI e as demais entidades envolvidas, fruto também da adequada formação aos trabalhadores, sendo certo que é um trabalho que tem que ser contínuo. Salientou que o Balcão Único foi criado no mandato anterior e que não foi fácil a sua implementação, desde logo por resistência interna de algumas das anteriores chefias; começou por ser um balcão único apenas em termos de espaço, pois os atendimentos eram diferenciados e os trabalhadores vinham dos diferentes setores do município e estavam mais aptos às áreas dos respetivos serviços; houve a necessidade de, durante algum tempo, se promover formação entre trabalhadores para que todos estivessem aptos a responder às mesmas questões, sendo certo que é uma abrangência muito grande, particularmente na área da gestão do território, onde se integra a grande maioria dos atendimentos, para além de todas as novas atribuições que vão sendo sistematicamente cometidas aos municípios; esta é apenas mais uma e os trabalhadores municipais têm que ir fazendo este esforço de formação.

O Sr. Vereador Francisco Madureira disse que, para descanso de toda a comunidade, é necessário saber se a limpeza e a reabilitação da Mata dos Sete Montes, um espaço de primordial importância para a comunidade e para o Convento de Cristo, importante monumento classificado património mundial, localizado praticamente no centro da idade, está ou não está prevista no plano apresentado pelo Ministério do Ambiente, da responsabilidade do Instituto de Conservação da natureza e das Florestas. Salientou que o Decreto-Lei número dezanove barra noventa e três, de vinte e três de janeiro, previa que a gestão das áreas protegidas no âmbito regional e local poderia ficar a cargo das autarquias locais, questionando porque é que a Câmara não diligencia no sentido de assumir a gestão da Mata dos Sete Montes, tendo em conta o que a comunidade tomarense sente pelo espaço, onde inúmeros tomarenses brincaram na sua infância. -----

A Sra. Presidente realçou que a Mata dos Sete Montes tem uma gestão tripartida entre o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, o Convento de Cristo e a Câmara



Municipal, e essa gestão não funciona (veja-se, por exemplo, a questão da abertura da Porta da Condessa; a Câmara fez um investimento na Mata para fazer um percurso para acesso ao Convento de Cristo e depois depara-se com a porta fechada; outras vezes abrem, mas em desacordo com os horários da Mata). Adiantou que a Câmara já tentou alterar a situação no mandato anterior, mas o ICNF nunca mostrou disponibilidade, nem abertura, para que a gestão global passe para a autarquia; o ICNF assumiu a elaboração de um plano de gestão do espaço, suportado na equipa de sapadores, enquanto a Câmara continuaria a assegurar as atividades que vem assegurando e a manutenção do espaço infantil (para além de ter promovido a requalificação da Charolinha, no âmbito de um protocolo celebrado com o Instituto Politécnico de Tomar), mas a gestão global continua a cargo do ICNF. Informou que voltaram ao assunto este ano porque entendem que o plano de gestão florestal (que nem sequer lhes foi apresentado na totalidade) não foi cumprido, pese embora percebam que o plano assenta na equipa de sapadores e que estes, o ano passado, face à duração da época de incêndios, tiveram pouco tempo para poderem fazer este serviço público; a equipa de sapadores está num processo de transição de entidade detentora, mas há a garantia do ICNF de que se vai manter em Tomar e vai continuar a fazer os trabalhos que fazia quando era detida pela anterior entidade. -----

O Sr. Vereador Francisco Madureira apresentou em nome dos vereadores do PSD a seguinte RECOMENDAÇÃO SOBRE A MATA DOS SETE MONTES - A FLORESTA DAS LENDAS, a qual foi precedida de contato e autorização do professor Carlos Trincão: -----

“O prof. Carlos Trincão, desde que nos lembramos, que tem revelado grande conhecimento de Tomar e do seu património material e imaterial. -----

Frequentemente, através do seu blog e da sua página do Facebook este experiente e competente professor tomarense partilha com todos o seu saber e a sua experiência de vida e profissional. -----

Este ano o dia da criança foi celebrado na Mata dos Sete Montes, espaço de excelência de Tomar e que ao longo dos anos não tem merecido a devida atenção por parte das diversas entidades que por ele foram responsáveis. -----

Felicitemos o município pela iniciativa e esperamos que não seja uma iniciativa isolada e que seja potenciado e otimizado o uso daquele espaço, em favor dos tomarenses e porque não, de muitos outros visitantes que por ele se sintam atraídos. -----

Mas para se tornar atração terá de fazer a diferença, terá de ser alvo de um projeto diferenciador, integrado no contexto local, educativo e pedagógico que justifique a vinda a



Tomar de crianças, jovens e adultos.-----

Temos um património rico e diversificado em Tomar, temos de o saber usar como vantagem para o desenvolvimento do concelho, temos de promover o que de melhor temos, mas temos de o fazer de modo empreendedor e inovador com criatividade. -----

Neste caso concreto: a Mata Nacional dos Sete Montes, há a possibilidade um projeto: A Floresta das Lendas.-----

Há algum tempo que o citado professor tem partilhado o seu projeto com todos, bem como tem tentado alertar que o mesmo seja considerado. -----

Lembramos de seguida o que é proposto e que é do domínio público: -----

"A Floresta das Lendas, a concretizar na Mata Nacional dos 7 Montes, seria um projeto de animação turístico-cultural em torno das lendas, mitos, fábulas, histórias tradicionais e contos populares, focando a sua atividade na representação e recriação desse Património Imaterial, contribuindo para a animação, recuperação e conservação do lugar, reforçando a ligação ao Castelo/Convento e enquadrando o imaginário templário como algo a explora-----

Seria um projeto etariamente transversal, que buscaria formas para ultrapassar constrangimentos meteorológicos e incorporaria conceitos como parque temático, campo de férias, acampamento, centro de recursos e recurso educativo, parque de merendas, percursos de lazer e centro de interpretação da Natureza. -----

Aliar-se-ia a elementos de captação de visitantes, na cidade, como restauração, alojamento e outros, podendo vir a estimular as autoridades para a criação de outros equipamentos de acolhimento, como uma Pousada de Juventude.-----

Seria um projeto estimulador do crescimento do caudal de visitantes e de criação de emprego, podendo recorrer a empresas e/ou entidades com atividade convergente. -----

Como as árvores, seria um projeto em crescimento permanente.-----

A Floresta das Lendas teria percursos para descoberta de lendas, mitos, fábulas, histórias tradicionais e contos populares assentes nos caminhos existentes ou na criação de ligações adicionais, perenes ou efémeras, terrestres ou aéreas (passadiços), utilizando recursos naturais ou construídos pré-existentes, ou a construir de forma sustentável e livre de ruídos ambientais.-----

Por exemplo, o conto "A casinha de chocolate" implicaria a instalação de um módulo em madeira (cabana), adaptável a outra história ou lenda, sei lá... o "Capuchinho Vermelho", em rotatividade a definir, pois que seriam aconselháveis esquemas de exploração renováveis, com rentabilização/adaptação dos recursos físicos naturais ou artificiais, conseguindo-se um



"parque temático" sempre diferente, logo potenciador de visitas para os mesmos públicos em ocasiões diferentes. E multiplicar-se-iam as cabanas para diversas histórias durante a visita. -- Os seres mitológicos (dragões, grifos, unicórnios, sereias, lobisomens, ...) traduzir-se-iam em elementos escultóricos auto e interativos: em Cracóvia, um dragão deita fogo regularmente ou quando é enviada uma sms para determinado número; ora, pelo mesmo modo bateriam asas do Pégaso, o Minotauro rugiria ou um dragão fumegaria pelas narinas... Pequenas esculturas de duendes, gnomos, fadas e anões propiciariam pistas e informações. -----

Os desportos radicais convergiriam para a exploração das histórias: parede de escalada para subir à torre da princesa, rappel para fugir do gigante do castelo das nuvens (uma casa numa árvore), slide para um Ícaro a voar e os tanques da Mata seriam fundamentais para lendas com a água por referencial... -----

Como exploração educativa, a Floresta das Lendas teria um Centro de Interpretação – filmes, música, vestuário, iconografia, informação adaptada ao tipo de visita (individual, grupo, totalidade, ou parte, da oferta...), biblioteca / mediateca, galeria de autores, atividades plásticas, ...-----

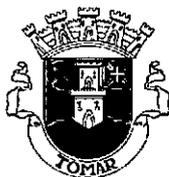
A Floresta das Lendas colaboraria com as escolas e com o Ministério da Educação.-----

A Floresta das Lendas teria recepção, bilheteira e loja, restaurante e café/bar. Não se trataria de cobrar entradas para a Mata, mas sim cobrar entradas para o usufruto das atividades que se escolhessem, em programas pré-definidos e organizados ou, mesmo, para usufruto autónomo tendo por guias aparelhagem adequada, aplicações digitais para telemóvel ou outras soluções. Em poucas palavras, a ideia seria levar à Mata Nacional dos 7 Montes mais um elemento de atração de visitantes, potenciando-a e exponenciando-a com recursos de outra ordem já existentes, como o Centro de Interpretação Ambiental."-----

Neste contexto, recomendam os vereadores do PSD que seja realizada uma reunião com o Prof. Carlos Trincão, de modo a que com a colaboração da autarquia sejam desenvolvidas as necessárias diligências para a concretização do projeto. Estamos num momento de fortes possibilidades graças aos fundos comunitários do presente quadro, temos de ter a iniciativa e a ousadia necessárias.-----

Consideramos fundamental que se reúnam as necessárias sinergias locais, regionais, nacionais e europeias capazes de assegurar a viabilidade e exequibilidade deste projeto."-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão adiantou que, no mandato anterior, o Professor Carlos Trincão teve o cuidado de lhe apresentar este projeto e que, para além desta proposta, que é muito interessante, também houve manifestação de interesse por parte de alguns investidores



em investir na Mata dos Sete Montes, mas tudo isso esbarra no facto de o espaço não ser propriedade municipal ou sob sua gestão; basicamente, o ICNF deixa que tenham o circuito de manutenção e pouco mais, sendo certo que há coisas interessantíssimas que ali podiam ser feitas, ao nível da proposta em apreço e de outras coisas que se não vendo noutros locais, no estrangeiro e em Portugal, até ao nível do arborismo; enquanto a questão da gestão não for decidida, tudo esbarra na autorização do ICNF, nomeadamente atividades que obriguem à instalação de equipamentos, de forma regular e permanente; há uma coisa ou outra em que conseguem ter o pulso mais forte ou, tratando-se uma atividade pontual, dar a volta à situação, como fizeram no dia da criança. Salientou que há muito que podem fazer com a Mata, mas o município não tem poder de decisão, o que não os impede de continuar a lutar e a estudar para encontrar uma forma de resolver. -----

A Sra. Presidente referiu que se poderá equacionar a presença do ICNF na reunião preconizada. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet defendeu que, se calhar, a Câmara tem que pressionar muito mais para conseguir os seus objetivos. -----

A Sra. Presidente concordou que não podem cruzar os braços. -----

O Sr. Vereador Francisco Madureira apresentou o seguinte REQUERIMENTO: -----

"Tendo em conta que vamos entrar numa fase que se espera não seja tão difícil e tão negra para Portugal como foi o ano passado, gostávamos de questionar o seguinte: -----

Dentro do Plano Operacional Municipal (POM) para 2018, quais as áreas propostas para execução de limpezas para as diferentes entidades: EDP, REN, Infraestruturas de Portugal, Município de Tomar (faixas de gestão de combustível nos caminhos municipais) e proprietários confinantes com áreas florestais. -----

De entre as atribuições do Gabinete Técnico Florestal do Município, cabe-lhe elaborar as candidaturas aos apoios nacionais, nomeadamente ao Fundo Florestal Permanente, em que existem algumas medidas financiadas quase a 100%. -----

O Município de Tomar candidatou-se a alguma medida?". -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que analisou o caderno de encargos e o programa da hasta pública para arrendamento da estalagem de Santa Iria e ficou completamente baralhada, pelo que pretende referir algumas das coisas mais relevantes que detetou e que, do seu ponto de vista, não estão corretas, a começar pela designação estalagem que, segundo julga saber, é uma denominação que já não existe; no caderno de encargos, começa logo por não se perceber se o procedimento se destina a um hostel, a um hotel ou a quê, ou se é livre



a escolha da utilização a dar ao edifício, para além de que vinte cinco anos é muito tempo; a questão principal que a confundiu completamente deriva de existir uma confusão muito grande no documento entre adjudicatário, locatário e locado, deixando dúvidas se é um contrato de arrendamento ou do que é que se trata; por outro lado, na cláusula terceira, é referido o aproveitamento do espaço cedido e do espaço circundante e, na planta que consta em anexo, está delimitada uma área que inclui parte do jardim, estacionamento e mais um troço junto ao rio; ficou preocupada porque não sabe se as pessoas que irão arrendar o espaço podem vedar ou por uma cerca; o espaço que consta em planta é muito vasto e há um único artigo matricial, pelo que importa esclarecer se vão arrendar a ilha toda ou só o edifício. -----

A Sra. Presidente realçou que o caderno de encargos que suporta o procedimento em curso foi aprovado pelo Executivo Municipal em setembro de dois mil e dezassete, em cuja deliberação tomaram parte os vereadores eleitos pelo PSD no mandato anterior. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet afirmou que, do seu ponto de vista, ele é nulo, deveria ser retirado e promover-se a elaboração de um documento com nexos; ao longo do documento são feitas referências a cedência, a adjudicatário e a arrendatário. -----

A Sra. Presidente frisou que, de acordo com a deliberação tomada no mandato anterior, se trata de um arrendamento. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet retorquiu que não é isso que está nos documentos, onde existem situações completamente contrárias; na cláusula oitava, por exemplo, são referidas obrigações do concedente; há referências a um concedente (concessão), a um senhorio e a um arrendatário (arrendamento), e podem advir daqui graves problemas no futuro, que vão ter que resolver. Defendeu que mais vale resolver as coisas quando dão pelo erro do que empurrar o problema para a frente e depois ficar com um problema muito maior. -----

A Sra. Presidente disse que não podem mudar o que foi aprovado em reunião de Câmara. ---
Continuando, **a Sra. Vereadora Célia Bonet** referiu que o cumprimento de obrigações fiscais não é obrigação de um arrendatário, mas é de um concessionário; um arrendatário não tem que mostrar que cumpre as obrigações perante a segurança social, mas um concessionário tem, e estas obrigações constam da cláusula oitava; um arrendatário não está obrigado a instalar, manter e substituir os equipamentos, mas a cláusula nona refere essa obrigação; ao longo de todo o documento, são referidas obrigações próprias de uma concessão e não de um arrendamento (horário de funcionamento, seguro de responsabilidade civil, entre outras); há muitas coisas contraditórias sendo certo que aquela que mais a preocupa é a área que vai ser arrendada e se pode ser vedada, porque o documento nada refere a propósito; depois de estar



arrendado, ou concedido, já não conseguem voltar atrás. Referiu que, para além destas incongruências, no programa da hasta pública, nuns locais se fala em hasta pública, noutros em proposta, ficando-se sem perceber se são propostas que vão ser abertas ou se há licitação para ver quem dá mais; o artigo sétimo fala em agrupamento e não existe agrupamento antes da adjudicação, sendo outra situação ilegal; indicam-se duas fases da hasta pública, a primeira para seleção dos concorrentes habilitados à atividade e outra para melhoramento das propostas, o que acentua a questão se são propostas ou se são licitações.-----

A Sra. Presidente perguntou à Sra. Vereadora onde obteve os documentos que apreciou.-----

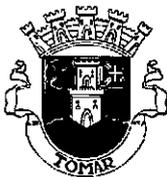
A Sra. Vereadora Célia Bonet informou que se está a referir ao programa e caderno de encargos da hasta pública, que retirou da página do município. Continuando, perguntou se houve algum estudo para determinar os valores de carência dos cinco anos, que estudo foi feito para defender os interesses do município e para saber que o valor é o correto; no programa da hasta pública estabelece-se um valor base de licitação correspondente à renda mínima dos vinte e cinco anos do arrendamento mas a segunda fase do procedimento visa a melhoria das propostas; pede-se uma série de documentação mas, num lado, fala-se numa procuração elaborada nos termos do anexo quarto e, noutro, numa credencial; nos documentos que são exigidos não é referido o período de carência. Referiu que, segundo julga ter percebido, irá haver seleção entre os candidatos que tiverem a melhor proposta; se não houver licitação, a melhor proposta será obtida entre o valor do investimento e o valor das rendas; se o valor das rendas for muito baixo e o valor do investimento for superior em mil euros, podem prejudicar a Câmara com uma renda baixa durante vinte cinco anos.-----

A Sra. Presidente salientou que estas questões foram debatidas quando o assunto foi analisado e aprovado pelo Executivo Municipal, assim como o estudo económico elaborado para o efeito. Sugeriu à Sra. Vereadora que peça a documentação aos seus colegas que cá estavam na altura, para poder falar sobre isso. Sublinhou que, segundo julga saber, estão todos de acordo quanto ao facto de não quererem a estalagem como está; tem que haver análise do mérito do projeto que lá querem implementar e daquilo que lá querem fazer; os documentos foram aprovados há alguns meses e está a ser confrontada com questões a que não sabe responder de imediato e em concreto, mas, algures nos documentos, deve estar referida uma fórmula de análise das propostas e os concorrentes vão ter que apresentar um conjunto de documentos para suportar o projeto que querem desenvolver. Delegou no Sr. Vereador Hugo Cristóvão a resposta quanto à área envolvente da estalagem. -----



O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que os partidos são sucedâneos; as pessoas que representam o PSD são outras, mas têm que procurar saber junto do partido quais foram as suas posições, o que discutiram e defenderam; as pessoas não estão nos órgãos cada uma por si, há uma história e uma responsabilidade, que é contínua. Assumiu que pode haver sempre alguma coisa que esteja menos bem porque o caderno de encargos é um documento grande e complexo, mas foi feito por juristas, que lá colocaram as orientações que lhes foram transmitidas; em setembro do ano passado, dois dos vereadores eleitos eram juristas e, que se recorde, não levantaram qualquer das questões agora colocadas; tem que ser feito o cruzamento das regras e informações dos diferentes artigos e não é de fácil compreensão, até para o público presente, a leitura desordenada e individualizada de um ou outro artigo; há coisas que decorrem da lei geral, como é o caso da eventual vedação do espaço; não pode ser vedado espaço público e o espaço que está delimitado é aquele que estará ao serviço do edifício, como antes acontecia com o espaço destinado a estacionamento; não deixa de ser espaço público e continua a ter uma utilização plena por qualquer cidadão. Referiu que podiam ter sido totalmente objetivos quanto a valor da renda mas isso não permitia uma avaliação do projeto e pretendeu dar-se uma componente de avaliação ao projeto; o nível de investimento que o investidor se propõe fazer também já indicia o que pretende do espaço; tudo isso tem que ser avaliado e é para isso que existe um júri; infelizmente, há sempre um pequeno grau de subjetividade, mas o importante é que o processo avance; existem muitos investidores a procurar informações e a manifestar interesse em apresentar propostas; a verdade é que há opiniões para todos os lados porque já recebeu elogios ao caderno de encargos.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet disse que depreende das palavras do Sr. Vice-Presidente acerca da continuidade dos partidos que, quando alguém se engana vai ter que se manter o engano até à morte; foi eleita pela primeira vez para um órgão autárquico e está a referir coisas que tem a certeza que não estão corretas; se entenderem que, mesmo assim, devem avançar serão responsáveis por essa decisão; pessoalmente, foi eleita por pessoas que, em outubro, quiseram depositar a sua confiança em si e sente-se na obrigação de aqui expor, e garantir, que os documentos não estão corretos; se houver humildade de pegar nisto e pedir a alguém, se calhar jurista, que analise com outros olhos, se calhar, chegam à mesma conclusão; se se quiser analisar de forma arrogante e dar andamento ao processo tal qual se encontra, têm a maioria e podem fazê-lo. Reiterou que são referidas propostas e licitação; que se define que será escolhida a proposta que tiver o investimento mais alto e uma renda mais elevada, mas poderá dar-se o caso de um dos investidores se propor investir cento e um mil



euros e pagar uma renda de mil e quinhentos euros e outro fazer um investimento de cem mil euros e pagar uma renda de três mil euros; nesse caso, assiste a dúvida de qual será a proposta que será aceite porque não está definida qual é a graduação dos critérios na escolha das propostas. Reiterou que fez o trabalho para o qual foi eleita e chamou a atenção para coisas que não estão corretas e que, no futuro, poderão trazer problemas ao município. -----

A Sra. Presidente referiu que ficou registado. -----

O Sr. Vereador Francisco Madureira disse que, pese embora o muito respeito que nutre pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, este não lhes pode pedir que falem com os anteriores eleitos se tiverem dúvidas de algo que tenha acontecido no passado; o Sr. Vereador sabe melhor do que ninguém que não é correto estar a empurrar os vereadores em efetividade de funções para o passado; neste caso, a Sra. Vereadora Célia terá uma série de dúvidas, tem direito a tê-las e a ser esclarecida; quando muito poderão questionar se não serão dúvidas a mais para esta reunião, mas não podem empurrar para o passado, para pessoas que já não estão em funções, sob pena de não se justificar a apresentação de quaisquer questões no atual mandato. -----

A Sra. Presidente salientou que o contador não começa a zeros para ninguém, nem para quem venceu as eleições, que não pode passar uma esponja no que está para trás, nem para quem não venceu, partindo-se do princípio que há uma coerência e uma passagem de temas de uns para outros; independentemente da pertinência ou não das questões colocadas pela Sra. Vereadora Célia, é um facto que não sabem de cor um documento aprovado em setembro; se queria efetivamente ter resposta às questões que levantou, poderia ter proposto a sua inclusão na ordem do dia ou o seu debate; não tem nada a esconder, mas, agora, não tem resposta para essas questões. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet disse que não pretendia respostas, mas sim alertar para a incorreção dos documentos que suportam o procedimento que está em curso e que podem acarretar consequências para o município; fez o trabalho que lhe cabe e para o qual foi incumbida, ou seja falar sobre aquilo que sabe, sobre os erros ou as virtudes que alguma documentação pode ter; quem está na gestão do município, decide como o faz e assume essa responsabilidade. -----

A Sra. Presidente referiu que, se calhar, há resposta para muitas das questões que a Sra. Vereadora considera estarem erradas. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----



BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia oito de junho de dois mil e dezoito, o qual acusa os seguintes saldos: quatro milhões, quatrocentos e vinte seis mil, dezassete euros e trinta e dois cêntimos (4.426.017,32€) em Operações Orçamentais, e cento e setenta e cinco mil, oitocentos e onze euros e quatro cêntimos (175.811,04€) em Operações Não Orçamentais.-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO ESTATUTO BIOMECÂNICO E FITOSSANITÁRIO DE 58 OLAIAS NA RUA DOS ARCOS-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal o estudo de avaliação do estatuto biomecânico e fitossanitário de 58 olaias na rua dos Arcos, elaborado pela empresa Planeta das Árvores, que determina o abate de 27 árvores e a poda de manutenção em 19 árvores e de redução de copa em 12 árvores, com vista à execução das ações previstas.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a execução das ações previstas no estudo e no caso de abate de árvores proceder à sua substituição por outras da mesma espécie. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores Luís Manuel Monteiro Ramos e Francisco Lopes Madureira Salgueiro, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "O tema em discussão neste ponto é muito sensível para os Tomarenses que amam a sua cidade e que têm mostrado a sua preocupação e indignação, com a possibilidade de abate das olaias da Rua dos Arcos.-----

Os vereadores do PSD desde o primeiro dia de trabalho que mostraram a sua preocupação com uma série de questões relacionadas especificamente com as árvores.-----

Já no nosso Programa Eleitoral dedicámos um tema aos:-----
"Espaços Verdes – Tomar Cidade Jardim". E aí evidenciámos a necessidade de "Elaborar e aplicar o Regulamento de Proteção às Árvores classificadas como de Interesse Municipal". -----

Também no orçamento para este ano, solicitámos que fosse contemplado um Plano de Gestão do Parque Arbóreo do Concelho, e esta proposta, foi aceite pela gestão do município e contemplada. -----

Como já compreenderam, também pela quantidade de vezes que já o abordámos em reuniões de Câmara, este tema é-nos muito querido e tudo faremos para não permitir o abate de



nenhuma árvore, que tenha uma réstia de possibilidade de sobreviver. -----
Esta proposta da Sr.^a Presidente de permitir a empresa Planeta das Árvores, de proceder ao abate de 27 olaias não está, quanto a nós, suficientemente fundamentada. Não podemos permitir abater qualquer árvore sem ter a certeza de que não existe outra solução para a mesma. O que dizer de abater de quase três dezenas de árvores? Elas são essenciais para manter a harmonização da temperatura, o equilíbrio ecológico e a promoção da biodiversidade. Existe parecer de mais alguma empresa ou de algum técnico, especializado nesta área que indique a necessidade de "matar" quase 50% das árvores de uma rua que é referência justamente pela beleza natural que delas advêm? Um engenheiro florestal de Tomar tinha identificado apenas 3 olaias doentes e com necessidade de abater e 1 delas já foi abatida. Também temos que ter em conta que 15 árvores foram abatidas e não foram substituídas. A Sr.^a Presidente e os vereadores do PS estão disponíveis a deixar abater 27 olaias sem lutar até às últimas consequências? Estão dispostos a votar a morte de metade das árvores de uma rua sem tentar curá-las, tratá-las?-----

Entendemos ser necessário outro estudo sobre este assunto, para podermos decidir em consciência. O estudo de uma outra empresa, é indispensável para se verificar se existe consenso entre ambos os pareceres, para que a nossa decisão seja muito bem fundamentada tecnicamente. Não se podem tomar decisões radicais com base em apenas um estudo. -----

Uma árvore é uma vida, é história e é identidade. -----
As árvores nesta rua necessitam urgentemente de ser tratadas, podadas e reduzir parte das suas copas, o que não aconteceu durante cinco anos, levando a esta situação dramática. A substância que estas árvores produzem que é um género de resina/cola e que suja o chão, reduz significativamente se tratadas. Se as árvores tiverem a sua copa tratada e reduzida as raízes não crescerão tanto e serão muito menos fortes fazendo com que os passeios se mantivessem em condições. Por outro lado, as copas têm que ser aparadas para os transeuntes possam passear por baixo delas e usufruir da sua beleza. -----

Os vereadores do PSD não colocam sequer a possibilidade de permitir a execução destas ações de abate à empresa em referência, votando desfavoravelmente este ponto, e solicitando que seja efetuado um estudo alternativo ao apresentado." -----

N.º 02 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE MAIO DE 2018 E DE VIATURA LIGEIRA NO MÊS DE MARÇO DE 2018-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 309/2018 da Presidência, submetendo a ratificação do Executivo Municipal as cedências do autocarro no mês de maio e



a cedência de viatura ligeira no mês de março do corrente ano. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas e os apoios prestados, no montante total de 2.202,02€ (dois mil, duzentos e dois euros e dois cêntimos).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 03 – ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS MUNICIPAIS NOMEADO POR DELIBERAÇÃO DE 19 DE JANEIRO DE 2015 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de alteração da composição do Comando do Corpo de Bombeiros Municipais, por motivo de doença de um dos adjuntos de comando nomeados por deliberação de 19 de janeiro de 2015.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a alteração proposta, passando o Comando do Corpo de Bombeiros Municipais a ser constituído por: -----

Comandante: Carlos Alberto Ribeiro Gonçalves-----

2.º Comandante: Vítor Manuel Tendeiro Tarana -----

Adjuntos de Comando: Vítor Manuel Pereira Bastos e Paulo Alexandre Pereira Freitas.-----

Mais deliberou comunicar a alteração à Autoridade Nacional de Proteção Civil, através do Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 04 –PROTOCOLO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DO DISPOSITIVO ESPECIAL DE COMBATE A INCÊNDIOS RURAIS-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo a estabelecer com as juntas de freguesia que dispõem de Kits de primeira intervenção no âmbito do Dispositivo especial de Combate a Incêndios Rurais, revogando a deliberação tomada a 1 de setembro de 2009, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos, revogando a deliberação tomada a 1 de setembro de 2009.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 05 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SEMANA ACADÉMICA 2018-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro no valor de 4.000,00€ (quatro mil euros) ao evento Semana



Académica, promovida pela União Associativa de Estudantes do Instituto Politécnico de Tomar, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o referido apoio financeiro, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 06 – PROTOCOLO COM A FUNDAÇÃO AEP -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo a estabelecer com a Fundação AEP com o objetivo de desenvolver uma colaboração estreita e ativa na implementação do projeto designado por Empreender 2020 – Regresso de uma Geração Preparada, promovido pela referida fundação e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, através do COMPETE 2020, nomeadamente através da dinamização da REDE de Empresári@s Lus@s inserida na iniciativa Elevar o seu Negócio 4.0, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos, designando como interlocutora permanente a trabalhadora Carla Alexandra Martins Dias.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito da discussão do ponto anterior, os Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata apresentaram a seguinte proposta: -----

“Criar incentivos para projetos de empreendedorismo deve ser um objetivo das Câmaras Municipais. Tomar tem que aproveitar a ligação à Nersant – Associação Empresarial e tem que apostar em incentivos à atividade económica.-----

Concelhos como Santarém são um bom exemplo em termos de inovação e empreendedorismo. Inaugurada há um ano, a Startup Santarém, no Centro de Inovação Empresarial de Santarém (antiga Escola Prática de Cavalaria) acolhe atualmente 43 empresas, estando no máximo da sua capacidade e perspetivando-se para breve a sua ampliação.-----

Tomar carece de um espaço de incubação e dinamização empresarial e para a sua criação compete à Câmara dar o primeiro passo. É de crucial importância para o desenvolvimento económico de que Tomar tanto necessita, aproveitarmos os financiamentos disponíveis nesta área. Ainda no final de 2017 a secretária de Estado da Indústria, Ana Teresa Lehmann, anunciou em Santarém que o Governo, entre financiamento público e privado, vai disponibilizar 280 milhões de euros para apoiar o empreendedorismo e alavancar as startups.



Nesse sentido, os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Tomar propõem a criação de um espaço dedicado ao empreendedorismo, em parceria e articulação com a Nersant, à semelhança do que está a ser feito noutros concelhos com bons resultados.”. -----

Nesta altura, a Sra. Presidente deu conta de necessidade de se ausentar para participar em reunião previamente agendada para as dezoito horas, propondo a alteração da ordem dos pontos agendados e a apreciação imediata dos pontos números onze e doze, o que foi aceite. -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 11 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA AVENIDA DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1166/2018 da Divisão Financeira, submetendo a apreciação do Executivo Municipal as formalidades inerentes ao procedimento de contratação da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da avenida Dom Nuno Álvares Pereira, nos termos e com os fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

1.-Aprovar o procedimento por concurso público sem publicação de anúncio no JOUE e as respetivas peças do procedimento; -----

2.-Aprovar a proposta de fundamentação da não contratação por lotes; -----

3.-Nomear o júri para condução do procedimento: -----

membros efetivos: José Adalberto Tavares Veiga (presidente), Rui Abílio Rebelo Afonso Reis (1.º Vogal) e Rosa Catarina Ferreira de Oliveira e Félix (2.º Vogal); -----

membros suplentes: Ana Margarida Azevedo; Victor Manuel Maria da Silva; -----

4.-Nomear como secretário do júri o trabalhador Fernando Augusto Almeida Carvalho Mourão;

5.-Delegar competências no júri para a condução do procedimento, designadamente no que se refere aos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças e à análise das listas de erros e omissões das peças do procedimento identificados pelos interessados. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 12 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA NA RUA CORREDOURA DO MESTRE-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 2845/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o plano



de trabalhos e o cronograma financeiro apresentados pelo adjudicatário da obra de requalificação urbanística na rua Corredoura do Mestre, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o plano de trabalhos e o cronograma financeiro da obra de requalificação urbanística na rua Corredoura do Mestre, ao abrigo do n.º 5 do artigo 361.º do código dos contratos públicos.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Nesta altura, foi retomada a ordem dos pontos constantes da ordem do dia: -----

PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----
N.º 07 –PROTOCOLO COM A EMPRESA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL TALENTODISSEIA-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo a estabelecer com a empresa Talentodisseia visando a cedência gratuita de instalações do Canil-Gatil Municipal de Tomar para realização de estágios curriculares e aulas práticas dos cursos de auxiliar de medicina veterinária e de estética canina e felina, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em maio e junho pela Sra. Presidente ao abrigo das alíneas d), f) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em maio pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas y) e qq) do n.º 1 do referido artigo 33.º, e do n.º 4 do artigo 5.º do regime jurídico da urbanização e edificação. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----

N.º 09 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – maio de 2018-----



Foi presente proposta da Sra. Presidente referente ao relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação durante o mês de maio do corrente ano.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os apoios prestados, no montante global de 97,83€ (noventa e sete euros e oitenta e três cêntimos).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

GABINETE DA ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:-----

N.º 10 – DESLOCALIZAÇÃO DA FEIRA GROSSISTA DE TOMAR-----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques: "Os aspetos inerentes à realização da Feira de Santa Iria, no período compreendido entre 12 e 21 de outubro do corrente ano, foram aprovados por deliberação do Executivo Municipal, em reunião ordinária de 30 de abril de 2018.-----

Nesta deliberação consta a localização da feira, conforme planta apresentada, nos termos do artigo 3º do Regulamento da Feira de Santa Iria e das Passas.-----

Um dos espaços previstos para ser ocupado é o espaço envolvente ao Mercado Municipal de Tomar (MMT), denominado Parque de Estacionamento do Mercado Municipal de Tomar, onde se realiza às 2ª, 4ª e 5ª feiras no horário compreendido entre as 17.00 horas e as 22.00 horas a Feira Grossista de Tomar.-----

As normas de organização e funcionamento desta feira estão definidas no Regulamento Interno da Feira Grossista de Tomar, aprovado pela Assembleia Municipal de Tomar, sob proposta da Câmara, na sua 4ª sessão ordinária de 19 de setembro de 2014.-----

No regulamento em apreço nada consta sobre a possibilidade da ocupação do espaço em detrimento da realização da feira grossista.-----

Prevê o artigo 15º do mesmo regulamento - Interpretação e integração de lacunas - "os casos omissos ou dúvidas de interpretação do presente Regulamento são resolvidas pela Câmara Municipal, em harmonia com as normas legais e regulamentares em vigor".-----

Há necessidade de ocupar o espaço do Parque de Estacionamento do Mercado Municipal de Tomar, para a realização da Feira de Santa Iria-2018 e a consequente deslocalização da Feira Grossista para outro lugar, para que a mesma se continue a efetuar três vezes por semana.-----

Pelo que precede, submete-se a aprovação do Executivo Municipal a deslocalização da Feira Grossista de Tomar, para o espaço que ladeia a Rua do Rio Nabão e a Rua do Flecheiro, às 2ª,



4ª e 5ª feiras no horário compreendido entre as 17.00 horas e as 22.00 horas, no período de 05 e 28 de outubro de 2018.”.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

No âmbito da discussão do ponto anterior, os Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata apresentaram a seguinte proposta:

“A deslocalização da Feira Grossista de Tomar, entre os dias 5 e 28 de outubro de 2018, tendo em conta que estas alterações afetam e se refletem no negócio dos comerciantes em causa, os Vereadores do PSD propõem 50% de isenção no pagamento dos terrados aos vendedores que participam no Mercado Grossista no período em que decorre a Feira de Santa Iria.”.

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:

N.º 13 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 2782/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das tarifas devidas pelo estacionamento de dois veículos afetos à organização do VI Open internacional e XIII Estágio Internacional de Judo, a decorrer entre 1 e 5 de julho, no parque de estacionamento do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, com o custo estimado de 187,00€ (cento e oitenta e sete euros), conforme solicitado pela Associação de Judo do Distrito de Santarém.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Judo do Distrito de Santarém do pagamento das tarifas de estacionamento, ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos da cidade de Tomar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

N.º 14 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA --

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 2861/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das tarifas devidas pelo estacionamento dos veículos afetos a grupo de trabalho do Tribunal de Contas no parque de estacionamento da praça da República, durante o decorrer das ações em curso no Município, previsivelmente até 12 de junho, pelos fundamentos apresentados.



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar das tarifas de estacionamento, ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos da cidade de Tomar, nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

De seguida, a Sra. Presidente informou que não participará na próxima reunião do Executivo Municipal e ausentou-se da reunião. -----

Nesta altura, o Sr. Vice-Presidente assumiu a condução dos trabalhos:-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 15 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA ANTÓNIO DA FONSECA SIMÕES NÚMEROS DOIS A SEIS– José Manuel Godinho dos Santos-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 90/DIVER/DGT/2018, relativo à vistoria inicial de determinação do estado de conservação do prédio sito na avenida António da Fonseca Simões, números dois a seis, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, propriedade de José Manuel Godinho dos Santos, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria n.º 10/2018, de 5 de abril, e a correspondente ficha de avaliação do nível de conservação, pelos fundamentos apresentados nas informações n.ºs 5974/2018 e 5976/2018 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria n.º 10/2018 e a correspondente ficha de avaliação do nível de conservação, nos termos do ponto 24 do artigo 71.º do estatuto dos benefícios fiscais, na sua redação atual, e do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, promovendo a audiência prévia dos interessados pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, a avaliação se considera definitiva para todos os devidos efeitos previstos na legislação em vigor.-----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Fernando Jorge Garrucho de Almeida-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 565,00 m2 a desanexar do prédio rústico sito em Chão das Maias, União das Freguesias de Serra e Junceira, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 4381/19980105, requerida por Fernando Jorge Garrucho de Almeida, submetendo ao



Executivo Municipal a certificação do destaque requerido nos termos das informações n.ºs 5345/2018 e 5405/2018 da Divisão de Gestão do Território, pelos fundamentos apresentados.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque requerida, nos termos propostos nas referidas informações, que homologa.-----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 17 – COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA REGULARIZAÇÃO DE OBRAS DE UM ARMAZÉM DE ATIVIDADE INDUSTRIAL SITO NO LOTE 6 A DA ZONA INDUSTRIAL – Banco Comercial Português, SA-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a revogação da deliberação tomada a 2 de fevereiro de 2015 quanto ao exercício do direito de reversão do lote 6 A da zona industrial, para prosseguimento do procedimento de comunicação prévia para regularização de obras em armazém de atividade industrial, efetuada pelo Banco Comercial Português, SA, a que se referem as informações n.ºs 5578/2018 e 5952/2018 da Divisão de Gestão do Território, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de reversão do lote 6 A da zona industrial, revogando a deliberação tomada a 2 de fevereiro de 2015.-----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 18 –REGULARIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EXPLORAÇÃO BOVINA SITAS EM JUNCAIS DE BAIXO, EM NOME DE CARLOS DE JESUS RODRIGUES POUSEIRO - representação na Conferência Decisória-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 6102/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a designação da chefe de Divisão de Gestão do Território para representar a Câmara Municipal na Conferência Decisória relativa ao processo 4817/02/LVT - 3649/REAP a decorrer na Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou designar para o efeito, em sua representação, a chefe de Divisão de Gestão do Território, arquiteta Filipa Cartaxo.-----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação.-----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 19 –REGULARIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EXPLORAÇÃO BOVINA SITAS EM CERRADO GRANDE, PAIALVO, EM NOME DE JOSÉ MARIA SILVA RODRIGUES - representação na Conferência Decisória -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 6115/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a designação da chefe de Divisão de Gestão do Território para representar a Câmara Municipal na Conferência Decisória relativa ao processo 5712/03/LVT - 3294/REAP a decorrer na Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou designar para o efeito, em sua representação, a chefe de Divisão de Gestão do Território, arquiteta Filípa Cartaxo. -----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 20 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DE FRAÇÃO DO PRIMEIRO ANDAR DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA CÂNDIDO MADUREIRA, NÚMEROS 108 E 110 -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal o não exercício do direito de preferência na venda da fração autónoma identificada pela letra B, correspondente ao primeiro andar do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 4054 da União das Freguesias de Tomar (São João Batista) e Santa Maria dos Olivais, que os proprietários pretendem fazer a TEMPLARICES — Restauração e Catering, limitada, pelo valor de 90.000€ (noventa mil euros), pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na venda da referida fração quer pelo valor apresentado, quer também por não existir uso pertinente para o espaço por parte do município. -----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 21 – CIRCO VITOR HUGO CARDINALI – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 2124/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção das taxas no âmbito dos licenciamentos inerentes à realização



do espetáculo de circo, conforme solicitado por Circo Vitor Hugo Cardinali, limitada, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não isentar do pagamento das taxas tendo em conta que se trata de um evento com cobrança de entradas. --
A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 22 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL A ESPETÁCULO DE CIRCO - Circo Vitor Hugo Cardinali, limitada -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal os despachos de autorização de colocação e difusão de publicidade alusiva ao espetáculo de circo Vitor Hugo Cardinali, nos termos das informações n.ºs 2105/2018 e 2118/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram a colocação e difusão de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 23 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO XXXIII FESTIVAL DE FOLCLORE DO RANCHO FOLCLÓRICO OS CANTEIROS DA PEDREIRA -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de colocação de publicidade alusiva ao XXXIII festival de folclore do Rancho Folclórico Os Canteiros da Pedreira, nos termos da informação n.º 2127/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a colocação de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 24 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO BAILE DE FINALISTAS DA ESCOLA JÁCOME RATTON -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de colocação e distribuição de publicidade alusiva ao baile de



finalistas da escola Jácome Ratton, nos termos da informação n.º 2053/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a colocação e distribuição de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 25 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA ANUAL DOS BRAZÕES-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de colocação de publicidade alusiva à festa anual dos Brazões, nos termos da informação n.º 2074/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a colocação de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO FINANCEIRA:-----

N.º 26 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA OS SMAS-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1156/2018 da Divisão Financeira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal os pressupostos do empréstimo a contrair para os SMAS, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os pressupostos do empréstimo a contrair para os SMAS, nos termos da referida informação, que homologa.-----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação. -----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor, três votos contra da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e os Srs. Vereadores Luís Manuel Monteiro Ramos e Francisco Lopes Madureira Salgueiro, tendo o Sr. Vice-Presidente exercido o voto de qualidade. -----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 27 – FESTA TEMPLÁRIA 2018 - PREÇOS-----



Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 976/2018 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal os preços a praticar em atividades integradas no programa da Festa Templária do corrente ano, bem como pela venda de caneca em barro com inscrição alusiva, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os seguintes preços, com IVA incluído:-----

Recriação do cerco 1190, Cerrada dos Cães (5 e 6 de julho, 23h00) – 2,00€ (dois euros) para maiores de 12 anos;-----

Visitas Culturais (7 e 8 de julho, 10h00/13h00) – 3,00€ (três euros) por pessoa;-----

Ingresso no Jantar Real Festa Templária (6 de julho) - até aos 9 anos 20,00 (vinte euros); restantes 30,00€ (trinta euros);-----

Caneca em barro de 25cl vidro com inscrição "Festa Templária Tomar" – 1,00€ (um euro).--

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 28 - UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR --

Sociedade Filarmónica Gualdim Pais-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 567/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do tanque um do complexo desportivo municipal no dia 26 de maio, para realização do primeiro festival de escolas da Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 29 - UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR --

Associação de Patinagem do Ribatejo-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 616/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização da sala de formação do complexo desportivo municipal no



dia 30 do corrente mês, para realização de formação credenciada a treinadores de hóquei em patins, conforme solicitado pela Associação de Patinagem do Ribatejo, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Patinagem do Ribatejo do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 30 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Agrupamento 837 (Cem Soldos) do Corpo Nacional Escutas -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 285/2018 da Presidência, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro municipal ao Agrupamento 837 (Cem Soldos) do Corpo Nacional Escutas, no dia 15 de julho, no âmbito de atividade no Centro Escutista da Arrábida, com o custo estimado de 410,00€ (quatrocentos e dez euros), com eventuais portagens a cargo da referida entidade.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ceder o autocarro municipal com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.-----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade -----

N.º 31 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Junta de Freguesia de Casais e Alviobeira -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 247/2018 da Presidência, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro municipal à Junta de Freguesia de Casais e Alviobeira, no dia 25 de julho, para realização do passeio de idosos, com o custo estimado de 420,50€ (quatrocentos e vinte euros e cinquenta cêntimos), com eventuais portagens a cargo da referida entidade. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ceder o autocarro municipal com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.-----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezoito horas e quinze minutos, o Sr. Vice-



Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----
Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal,
Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora
Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Avelina Maria Lopes Leal
